



Gazeta Mercantil – 02 Mar 2004

Empresas ainda buscam mudanças nas regras

Investidores privados pretendem aproveitar até os últimos instantes antes da votação no Senado das medidas provisórias que instituem o novo modelo do setor elétrico para tentar mudar parte das novas regras. A principal tentativa das empresas é acabar com o que consideram segregação no mercado de geração. Elas pretendem alterar a diretriz que trata de forma diferente a chamada energia velha, produzida pelas usinas já existentes, e a energia nova, que será proveniente de empreendimentos a serem licitados com prazos de até 35 anos. O temor do setor privado é que o governo possa, artificialmente, manter um ambiente de sobra de energia no mercado de geração existente e, com isto, garantir preços depreciados.

Ontem, na Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), os presidentes da Tractebel e da Duke Energy, respectivamente quarta e décima maiores geradoras nacionais - e que, juntas, somam 8,8 mil MW de potência instalada -, apresentaram um estudo feito pela consultoria Tendências, e depois seguiram para Brasília. A votação das medidas provisórias no Senado está prevista para hoje ou amanhã.

Possibilidade de perdas

Para Manoel Arlindo Zaroni Torres, da Tractebel, e Mickey Peters, da Duke, a diferenciação de mercado para as usinas já existentes e para as que serão implantados representa uma grande possibilidade de prejuízos para as empresas que investiram no setor com as privatizações. Segundo Torres, a Tractebel investiu US\$ 2 bilhões na aquisição da antiga estatal Gerasul, com atuação na Região Sul, e mais US\$ 1 bilhão em expansão.

A Duke, de acordo com Peters, investiu US\$ 1,5 bilhão na compra da antiga geradora Paranapanema, de São Paulo. "A segmentação do mercado não nos dá nenhuma confiabilidade de que o governo não vá provocar sobra artificial", disse Peters. Para Torres, além dos prejuízos que as empresas que já investiram poderão ter em caso de depreciação dos preços e diminuição na remuneração dos investimentos, o tratamento desigual entre geradores representa um risco também para os futuros investidores. "Há temor de que as regras possam ser novamente alteradas", afirma o executivo.

Segundo Claudio Sales, presidente da CBIEE, foram encaminhadas 11 sugestões de alterações nas regras definidas pelo MME por meio das duas MPs do setor elétrico. Uma é o fim da diferenciação no mercado de geração. Outras duas são referentes ao segmento de distribuição, que terá que prever sua demanda com antecedência de cinco anos. Sales afirmou que, depois da apresentação das novas regras do setor elétrico, não foram feitas reuniões entre os investidores privados do setor e a ministra Dilma Rousseff ou representantes do ministério.